

## COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

16.06.2020

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - (...) no estado primário de 2018 na primeira coluna, depois no 1º quadrimestre 2019, na segunda coluna o somatório do resultado primário do 1º e do 2º quadrimestre; na terceira coluna o resultado primário de 2019, isto é, a somatória dos três quadrimestres; e na última coluna o primeiro quadrimestre de 2020. Comparando, portanto, em 2019 nós temos o primeiro quadrimestre com uma meta de nove bilhões e 106; desculpe, a meta de quatro bilhões e 64, e um resultado de nove bilhões, essencialmente acima da média.

No segundo quadrimestre, meta de quatro também, é uma meta igual, com o resultado de 15 e depois no total do ano, portanto o resultado final de 18 bilhões e 100 reais. E, na última coluna, que é o primeiro quadrimestre, nós temos aí a meta, desculpe, o resultado de sete bilhões e 956, um pouquinho abaixo da meta de oito bilhões 807; portanto, este é o quadro do resultado primário. Na segunda linha, nós temos a receita corrente líquida, aqui já, segundo o padrão que tem sido usado regularmente nas apresentações à Assembleia, então nós temos aqui o resultado dos dois, o resultado de 2019, aqui sempre acumulado 12 meses.

Então nós temos não necessariamente todos os meses do ano, nós temos 154 no final do primeiro quadrimestre, 155.910 no segundo quadrimestre, 160.445 no ano do 2019, e no primeiro quadrimestre de 2020 160.500. Aqui, nós estamos usando não o acumulado do ano, mas sempre os últimos 12 meses, acumulados em 12 meses; em relação ao período anterior, portanto, nós temos aqui, em 2019, 4%, no primeiro quadrimestre 387 no segundo; 136 no terceiro, sempre com relação ao período anterior.

E, no primeiro quadrimestre de 2020 o resultado de 3,9% em relação ao período anterior; em relação, portanto, ao período anterior, retirando-se o IPCA, fica 0,40, calculado pelo outro índice de inflação 1,82, mas este é o quadro da receita corrente líquida. O resultado primário que o aporte de recursos do Tesouro do Estado para o déficit primário, vamos pegar aqui por exemplo, sumarizando o resultado de 2019, para começarmos pela mesma compreensão; o resultado de 2019, por exemplo, nós tivemos um aporte de recursos de 22 bilhões, um aporte de recursos do Tesouro.

A contribuição patronal do Estado, do empregador, sete bilhões e 199; contribuição dos segurados, 4.800; total das despesas previdenciárias, nós temos aqui, de 36 bilhões no ano de 2019. Então, resumindo, aqui nós temos 36 bilhões em despesas; os segurados contribuíram com 4.800; o Governo do Estado, no caso do papel de empregador, que tem contribuído, todos têm, 7 bilhões e 199; e dando déficit, portanto um aporte de recursos do Tesouro de 22 bilhões.

Se nós olharmos aqui o primeiro quadrimestre de 2020, começamos na última linha deste quadro a despesa previdenciária total: 12 e 200, que é a última, subindo uma alínea a contribuição de assegurados, dois e 600; portanto, contribuição patronal, dois e 26; e o restante, para cobrir o déficit, o resultado previdenciário que é um aporte de recursos do Tesouro de sete 958, portanto só para termos um quadro. Aqui, pessoal executivo sobre a receita corrente líquida, as despesas gerais com o pessoal do Executivo; olhando aqui o total de 2019, para simplificar, nós tivemos aqui 44%, a relação entre o pessoal executivo e a receita corrente líquida e, no primeiro quadrimestre de 2020, tivemos aqui 44,77%.

Os números líquidos dão 71 bilhões 195 e 71 bilhões 785 no trimestre aqui, levando em conta, no entanto, que é o total dos últimos 12 meses, isto é, sempre calculado, no caso aqui da coluna de 2019, 12 meses de 2019; no caso do primeiro quadrimestre de 2020, nós temos segundo, terceiro, e o primeiro, portanto a partir dos últimos 12 meses, muito bem. Então, mostrando claramente que está dentro do padrão definido pela lei da responsabilidade fiscal; agora, vamos ver aqui o resultado nominal, até para voltar mais um pouco a isso.

No resultado nominal nós temos aqui, e isto aqui de novo, é inclusive com o pagamento de juros etc., toda a despesa; tivemos uma meta fixada para 2019, portanto, já na penúltima coluna, de cinco bilhões e 900, e um resultado de sete bilhões e 25; então, com 59,9% da meta do, no caso do prejuízo, no caso do déficit nominal. Então, o déficit nominal previsto (Ininteligível.), obteve-se nos quatro e 151. A dívida consolidada líquida sobre a receita corrente líquida, passou, no final de 2019, de um e 66 para, no final do primeiro quadrimestre de 2020, um e 69; a dívida subiu de 266, para 270; então, temos aqui, portanto, deste índice aqui de um e 69; fazendo também (Ininteligível.).

A dívida consolidada sobre a receita corrente líquida, aqui, portanto, desculpe, na linha anterior era a dívida consolidada líquida, sobre a receita; agora, é a dívida consolidada, não a líquida, que dá em 2,04; portanto, este é o quadro aqui dos diversos índices. Próximo slide, por favor, temos que avançar, senão não cumprimos aí o prazo. Portanto, olhando agora as receitas totais, não é? Passando agora para o primeiro quadrimestre, o segundo

quadrimestre, diferenças de 2020 para 2019, e depois a variação; nós temos aqui a comparação agora.

O primeiro quadrimestre de 2019, 76, receita total: 800; primeiro quadrimestre de 2020: 77, diferença de 161 milhões; 0,2% de crescimento real, nominal, desculpe; e, descontando a inflação, menos 3,2%. Então o crescimento foi marginal, como vemos aí, 76; e a queda real de 3,2; e daí a pergunta, vamos bater já a primeira dúvida importante: por que houve uma queda real? E a variação nominal tão pequena em relação ao ano anterior? Muito simples: principalmente em termos de receitas correntes, que o total aqui de 76 e 30, de 76 e 258 com a diferença de 228; também uma variação de 0,3% nominal, e 3,1% de variação real, essa é a parte da inflação.

Qual foi o problema? É porque, primeiro quadrimestre, nos meses de janeiro, fevereiro e março, houve uma arrecadação que caiu em relação a LOA, mas se nós olharmos em relação ao primeiro de 2019, por exemplo, a queda foi pequena, por quê? Porque a grande queda de arrecadação se deu em abril; agora, que já refletiu a perda de atividade econômica de março. Portanto, o que nós temos? O crescimento que estava acontecendo, da economia, caiu, e portanto nós tivemos aí um perda real, que resume, perdendo aquele componente da inflação; no caso das receitas de capital, nós vamos ver que é o que complementa a receita corrente; para totalizar a receita total, nós temos aqui, portanto também aqui, uma situação que mostra a perda no primeiro trimestre, das receitas de capital.

Que é, basicamente, receitas de alienação de bens, operações de créditos, transferências de capital, e etc. Qual é a razão disto? Evidentemente, já foi a crise se aproximando, já com casos de contaminação pelo coronavírus em diversos países, isso não estava ainda totalmente voltado ao Brasil, mas já, aí sim, no mês de abril sim, e certamente já acontecendo alguma coisa no mês de maio. Então nós já tivemos uma queda nominal, valores que são menores, mas uma queda nominal de 8,3%, e uma queda real e 11,3%; por quê? Queda nominal, de receita de capital: janeiro, fevereiro, março e abril juntos: 809 em 2019; e 742 em 2020, portanto essa queda na receita de capital. Portanto, em alienação de bens e operações de créditos, as diferenças de capitais foram em consequência já da entrada na pandemia, já com um pouco menor.

Próximo slide, por favor, vamos lá. Agora, vamos abrir um pouco as receitas correntes; nós temos aqui as receitas correntes, comparando de novo trimestre com trimestre, o primeiro de 2019 e o primeiro de 2020, só para termos uma base de comparação. Nós temos as receitas tributárias com um crescimento muito pequeno, portanto, de 0,1%; as receitas correntes totais um crescimento de 0,3%, e tributárias 0,1%.

Na linha em azul, linha um, subiu de 76 para 76 e 200 e pouco, crescendo 228, portanto, um crescimento nominal de 0,3%, e também uma queda real no quadro geral, já refletindo abril. Na receita tributária, há uma queda de 77 no trimestre, desculpe, aumento de 77; 0,1 queda real, e eu sempre estou pensando em queda real, que é o que interessa no final, de 3,2%; à medida que cresceu menos do que a inflação, cresceu só um pouquinho a variação normal, no caso da corrente, 0,3%, e no caso da tributária, 0,1%. Se olharmos o ICMS, cresceu 0,8%; o real -2,6%; no quadrimestre, de 47 e 700 para 48, por quê?

De novo, o ICMS, em abril, caiu bastante; agora, em janeiro e fevereiro estava um pouquinho acima, março já um pouquinho abaixo, abril caiu, e o impacto maior é à frente. No IPVA, temos aqui, portanto, os dados, subindo aqui um pouquinho, aumentando em 122; de 12 e 312 para 400, variação nominal de um real, de menos 2,4. O ITCMD, que é o imposto intervivos, do imposto de renda etc., e outras receitas tributárias; portanto, de novo, o total da receita tributária, segunda linha, é uma queda real de 3,2; nas contribuições, aí caiu mais, contribuições diversas, então nós temos aí o que são os pagamentos das contribuições (Ininteligível.) contribuintes que devem pagar, nós temos aí uma queda de 23. A receita patrimonial, que é a receita financeira, isto é, dividendos, juros de capital próprio, remuneração de saldo caixa, receita de concessões etc.

Isso nós temos uma queda, de um bilhão e 400 para um bilhão e 200, queda nominal de 15, e real de 18. Transferências correntes, há um aumento de 14,3, já agora a nominal das duas últimas colunas, e um aumento real de 10,5; isso aí são receitas agropecuárias, industriais serviços etc., multas administrativas e contratuais, multas judiciais etc.; e é isso.

E demais receitas correntes, que são esse grupo que eu acabei de mencionar; portanto, resumindo: transferências correntes, repasse da União ao Estado, isso aqui foi importante, que eu passei, as receitas, as transferências correntes, que são o fundo de participação dos estados, a transferência do IPI, os royalties do petróleo, a lei (Ininteligível.), o Fundo Nacional do Desenvolvimento Econômico, o SUS, dentre outros. Quer dizer, que é aqui as transferências correntes, que nós vamos ver, de quatro e 20 para 4 e 600, um aumento de 10,5%; mas note bem: altamente defasado em relação à questão da receita tributária; então nós temos aqui este ponto importante, quer dizer, Srs. Deputados, já começou a dar um sinalzinho aqui de queda.

Por que sinalzinho? Porque em janeiro, fevereiro amorteceu um pouco a queda de abril e março; agora maio, aí sim já não tem, porque aí a coisa toda; mas só para mostrarmos aí o quadro geral das receitas correntes; partindo para o próximo, por favor. Portanto, o ICMS por setor econômico, isso é muito relevante; nós temos aqui a agropecuária, começando aqui

com 53,6%, caindo, o que é do início do processo, caindo um pouco, estabilizando, e chegando aqui no final do processo com este número.

Depois, nós temos o comércio e serviços em vermelho, e os preços administrados em azul; eu só, desculpe, eu tenho um problema de cor aqui, a indústria evidentemente é o azul, certo? Tem a queda, e a agropecuária é a que está aqui embaixo, que é 0,4; que é aquela linha horizontal verde. Então, resumindo: o azul é a indústria, depois o preto é o de preços administrados, e nós temos comércios e serviços em vermelho, e embaixo nós temos aqui a agropecuária, que arrecada pouco, diretamente. Então, é este o quadro do ICMS por setor econômico; vamos em frente.

Receitas de capital, muito bem, aqui nós temos, comparando de novo, direto, o primeiro quadrimestre de 2019 e o primeiro de 2020; receita de capital, ela cai um pouco no total, uma diferença de 809 e 74266,9; então a queda nominal, no caso é a queda numérica, e a real perda, inclusive levando em conta a inflação. A alienação de bens diminuiu também, resultado já do impacto dos primeiros sintomas, sinais, de crise de saúde, a pandemia, consequência da crise econômica; amortização de empréstimos.

Aqui já houve uma pequena melhora, que foi aqui no mês de abril, quando o Supremo já concedeu uma liminar para suspender a amortização da dívida federal; então aqui é referente à suspensão da amortização da dívida federal em abril. E, portanto, já havendo aqui essa queda, de um pouco mais de meio bilhão entre o primeiro quadrimestre de 2020; transferências de capital, menor um pouco, também, e posteriormente outras receitas de capital um pouquinho maior que ingresso de recursos de depósitos judiciais.

Então, com esse número, sumarizando, 70, com um aumento de 29 e 25; agora, se nós olharmos, portanto, o total deste agrupamento que chamamos de receitas de capital, nós tivemos aqui uma queda de 66%, desculpe, de 8,3% nominal, 11 real, e o número 66,9 que é o terceiro ponto 66,9, nominal 8,3; 11,3 real. Então este é o quadro, próximo, por favor. Bom, vamos lá então para as despesas totais agora; vamos lá comparando o primeiro quadrimestre de 2019 e o primeiro quadrimestre de 2020.

Vejo aqui que há, aqui, um aumento de 28 para 29, a diferença de 950; aqui de novo, nominal é 3,4; pouquinho abaixo da inflação, mas mostrando aqui esse equilíbrio, não houve aumento de salários, não houve nada porque já é em plena pandemia, de aperto, mas praticamente ficou aí na correção inflacionária. Dos quais houve um aumento dos ativos menor que a inflação real, de 2%, e inativos cresceram 6%, um pouco pela correção da folha dos inativos, mas também uma certa passagem da folha ativa para o inativo, que é o momento do aposentado.

Custei aumentando aqui, de 13 e 900 para 14 e 900; 984 bilhões, com uma variação nominal de 7%, acima, portanto, da variação real de 3,4%; quer dizer, então nós temos aí, portanto, despesas normais de custeio, e todo o custeio da máquina, digamos, que está aqui. Não inclui receitas e despesas intraorçamentárias, por exemplo o custeio e outras receitas correntes, exceto as despesas constitucionais, sentenças judiciais etc. Em resumo, é este o fato; o serviço da dívida caiu pouco, e de um ano para o outro devido à questão aí da liminar, caiu de quatro para dois e 400; a diferença de 1.600, 40% de queda nominal, 42%; relembro, para aqueles que não acompanharam este processo, no mês de abril, o Supremo Tribunal decidiu, em uma liminar, suspender, para o ano de 2020, não para o ano de 2020, para o período de quatro meses, a suspensão, determinou a suspensão do pagamento da dívida com a União, de São Paulo, e isso foi estendido.

E finalmente a lei 173 suspendeu o pagamento da dívida com a União, até o final do ano, e com bancos oficiais; então houve, de fato aqui, uma suspensão que começa a ter feito a partir de abril, e é o que nós estamos vendo aqui na questão (Ininteligível.) também das amortizações (Ininteligível.). Investimentos, houve um aumento do primeiro quadrimestre de 2020 sobre o primeiro de 2019; mostramos aqui um aumento em investimentos, total de 401; investimentos diretos 4,9%, e 7,9 inversões financeiras, que diminuiriam em termos de diferenças. Um bilhão e 200 nos investimentos, e inversões financeiras 284, né? Então este é o quadro; investimento aqui é exceto sentenças judiciais etc.

Muito bem, então este é o que nós temos; e nas receitas totais, portanto, um aumento aqui de despesas, portanto sumarizando, para (Ininteligível.) receitas totais, sumarizando: despesas totais vão aumentando, de 69 e 400 para na realidade um pouquinho menor, 69 e 300 e pouco, foi feita aqui a questão da dívida; e nas receitas totais um aumento, também, pequenininho.

Então, nós tivemos aqui uma pequena queda de 0,1%, nominal, nas despesas; e um pequeno aumento nas receitas totais, inclusive tributárias; este é o quadro do primeiro quadrimestre. Quer dizer, entramos bastante balanceados, incluindo o início da crise, agora, evidentemente, no momento em que todo o impacto da crise se dá, aí nós já teremos, por exemplo, no segundo quadrimestre, vamos sentir o impacto da crise em todo o quadrimestre; investimentos, vamos lá, investimentos, exceto sentenças judiciais, nós temos aqui, portanto, uma comparação, de 840 para um bilhão e 200, uma diferença de 409; nominal, 48% de aumento, e 43% de real.

Nos investimentos financeiros houve uma queda, queda nominal, e uma queda real maior, então este é o quadro aqui, onde nós tivemos, no caso dos investimentos, um aumento

de 409, que é o nominal de 48 e o real de 43 de aumento, por cento; e as (Ininteligível.) financeiras uma perda, uma leve perda nominal, e uma perda real de 6%. E nisso, os totais, portanto, de orçamento fiscal e seguridade social, este é o quadro, e é o subtotal; e as empresas estatais não dependentes, aqui os investimentos realizados pelas empresas não dependentes, com recursos próprios, isso é importante; tem um bilhão e 152, já diminuiu um pouquinho para 972, então uma queda de 15% nominal, e de 18,4% real; próximo, por favor.

Vamos agora passar para o regime próprio de Previdência e servidores dos setores públicos, e a composição das despesas previdenciárias, em bilhões; aqui nós temos uma evolução anual, vamos primeiro para 2019, a de 2020, como está na Lei Orçamentária, na LOA, e 2020 provável. Nós temos aqui, por exemplo, começando com a base de 2019, nós temos aqui o total de despesas, portanto, de 36 bilhões, o financiamento disso, a fonte, de 4,85 foi a contribuição dos servidores; 7,20 no caso é a contribuição patrimonial, como nós resumamos lá atrás, do Estado como empregador; o aporte do Tesouro foi de 22, para cobrir o déficit, e os royalties do petróleo foram responsáveis por dois bilhões.

O que estava previsto na Lei Orçamentária, portanto, seria a contribuição do servidor, de cinco, ou a contribuição patronal de 7,3; o déficit, o aporte do Tesouro, de 20; os royalties, portanto, de 1,7; e as demais estavam aqui em 5,36 que, na realidade, seriam outras operações que estavam incluindo aqui, securitização dos royalties, isto é, nós tínhamos previsto aqui securitizar os royalties do petróleo. Evidentemente isso é uma coisa que depende de dois fatores fundamentais: o primeiro é o preço do petróleo, que caiu; o segundo o fato de que os mercados também ficaram paralisados; então este aumento não é viável à securitização dos royalties do petróleo.

Será muito pouco provável ser possível neste ano, impossível é sempre difícil dizer em mercado, mas há todo um processo de securitização etc., e colocação no mercado passa a ser pouco provável. Então, se nós olharmos no último quadro, que é o “Provável 2020”, LOA no ano orçamentário e provável; então o LOA era o provável previsto no ano passado, previsto agora, que é o provável; não tem royalties, evidentemente, e portanto este déficit é coberto pelo Tesouro, a parcela que seria dos (Ininteligível.).

Então nós temos aqui a manutenção da contribuição do servidor, como provável, e antes a manutenção do Estado, da contribuição do empregador como o Estado, aqui estão os mesmos, ainda está sujeito aqui a uma questão durante a evolução do ano, do preço do petróleo, mas espera-se que o preço do petróleo possa se recuperar um pouco, senão será ainda menor, mas de qualquer maneira a securitização certamente (Ininteligível.). Então, nós

temos aqui este número muito pouco provável, se houvesse uma recuperação surpreendente etc., nos mercados internacionais, e viabilizássemos isso, ótimo, mas é pouco provável.

Alguns dizem: “Ah, mas eu tive notícia que o petróleo acabou de subir”; os mercados são muito voláteis, porque eles estão antecipando notícia, procurando antecipar, o que vai acontecer; e aí se sujeitam a uma mudança enorme. Começa a ir tudo bem, aí surge lá a notícia de que subiu o número de contaminações lá no estado da Flórida, no Texas, e em outro estado americano, que eu não lembro o nome, “ah, pronto, problema”, dos mercados internacionais. Aí, quando está tudo, já aparece uma outra notícia: a China, que estava com a pandemia praticamente controlada, agora teve um surto em Beijing; bom, é um problema, não é? Fechou.

Porque a China, se partir do pressuposto de que tinha controlado, tinha feito um isolamento total da província de Wuhan, e controlou no restante do país, e controlou em Wuhan com o isolamento absoluto, rigoroso, com um sistema, inclusive, autoritário; e agora surge em Beijing. É uma coisa pouco previsível, em função, mesmo em um país muito autoritário, porque alguém contaminado passou pelas barreiras, era assintomático e transmitiu, é um problema; eu vi alguns vídeos do controle na China; e é uma coisa impressionante, com barreiras na estrada, que chega lá no cidadão e manda abaixar o vidro, a polícia, que na realidade é uma tropa militar, e bota lá a marca medindo a temperatura do motorista, que está sozinho no carro, e se acusou febre: “Fora!”.

Abrem a porta e tiram o cidadão, e se ele se recusa a parar e abaixar o vidro, aí tiram à força, bloqueiam a rodovia, tiram à força, botam em uma ambulância e o mandam para o hospital. Resumo: é um sistema que, mesmo assim, agora está estamos vendo um surto em Beijing; é um processo onde nós estamos vendo que o resultado da economia é consequência da pandemia, e não das medidas de combate à pandemia; bom, vamos lá para o próximo slide, por favor. Balanço orçamentário de 2020, então vamos lá, os três grandes itens em azul: receita total, despesa total, e resultado orçamentário; então, como é que nós temos aqui?

A receita total de 2019, 76 e 800; 76 corrente e 800 capital, receitas de capital; 69 para as despesas totais, 65 a corrente, e três e 700 de capital. Portanto, estes são, se compararmos, desculpe, aqui 2019 sempre falando do primeiro quadrimestre, só para perdermos isso; em 2020, 65, no caso das despesas, e 76 receita. Mas vamos fazer o total primeiro, em azul; 77 versus 76 e 800, então a receita total sobe um pouquinho, 161; nominal subiu 0,2 e a queda real de 3,2; receita corrente, queda real de 3,1; e receitas de capital, queda real de 11,3; o que cai a receita de capital de onde eu mencionei, os sintomas da crise houve uma queda.



As despesas totais subiram de 69 e 400, caíram um pouquinho, para 69 e 300; sendo que as despesas correntes também caíram um pouquinho, e as despesas de capital aumentaram um pouquinho em virtude das diversas despesas que eu já mencionei, referentes à conta de capital. Então nós temos aí despesas correntes, portanto, uma queda de 3,5% real, uma queda nominal pequenininha, as despesas de capital subiram um pouquinho, a queda real também; portanto ao resultado orçamentário, nós tivemos aqui de sete e 300 para sete e 600, um aumento de 230; nominal 3,1 e real pequenininho aqui, de 0,3%.

Então apenas deixando claro aqui todo o esforço feito pelo Governo exatamente no controle das suas despesas etc., e é muito importante, portanto, deixar bastante claro isso; porque é uma situação complicada, é uma situação muito difícil, muito grave, muito complicada esta que nós estamos vivendo no mundo; vamos em frente, próximo, por favor. O próximo é o resultado primário de 2020; as receitas primárias totais, nós temos, portanto aqui, a primeira linha, com um aumento de 75 para 76 e pouco, um aumento de 519, e de 0,7 nominal, menor que a inflação, então é uma queda real de 2,7.

Receitas primárias correntes, aumentaram meio por cento, queda real; a receita de capital aumentou um pouco as primárias, transferências etc., empresas e tal; despesas primárias totais, despesas primárias correntes aumentaram 1,8%; e queda de 1,6% depois da inflação, e 23% as despesas primárias de capital de 23 para 18; é diferente, evidentemente, das despesas orçamentárias de capital. Mas este, digamos, é o quadro do resultado primário, o impacto final é sempre o resultado orçamentário, mas este nos dá uma visão do resultado primário, que é mais relevante aqui, pela minha experiência, o resultado primário é a única coisa que se olha pelo governo federal, a meta do resultado primário, que está dizendo lá que no ano passado foram 90 bilhões de déficit primário, e neste ano mais de 800 do governo federal; porque o governo federal pode emitir dívida e tem que bancar os programas todos do País, de proteção da economia.

Portanto, este é o quadro do resultado primário de 2020; olhando agora a dívida, que é o próximo slide, por favor, passando aqui, temos aí alguma questão na projeção, que não evoluímos aqui para o próximo slide; aí, obrigado, é isso aí, a dívida, exatamente, obrigado. Nós temos aqui, portanto, a dívida consolidada, em 2019 foi de 195%, 312 milhões, e 195% da receita corrente líquida. E, no primeiro quadrimestre de 2020 foi de 327, 204% da receita corrente líquida; a dívida mobiliária zero, é uma característica, que eu chamo, da Federação brasileira, o fato de que os estados não têm quase nenhuma possibilidade constitucional de emitir dívidas mobiliárias, isso aqui é praticamente um monopólio do Tesouro nacional, da Constituição.

Dívida contratual portanto, 288, subindo para 299, e com o percentual da receita corrente de 180% para 186%, portanto, essa é a evolução dentro do previsto; precatórios, de 23 para 28, crescimento de 17%; em outras dívidas não houve aqui uma grande evolução, portanto isso é praticamente zero, é muito pequena essa dívida. Deduções, nós temos aqui a disponibilidade de caixa bruta, 28 bilhões, 17%; 30 bilhões no primeiro quadrimestre de 2020, 19%; haveres financeiros, 30, e 27, cai o percentual da receita líquida para 17%, começa a pagar etc., que cai bastante também, isso é importante, na medida que há um esforço grande de botar todas essas questões em ordem.

Portanto, a receita consolidada líquida, nós temos aí um total que aquele consolidado, menos reduções, portanto 166%, e 168,9 no primeiro quadrimestre de 2020, portanto 270 bilhões e 168,9% do percentual da receita líquida; agora um ponto importante, quais são os limites máximos, que o quadro, o número relevante? O limite máximo é de 200%, nós estávamos, portanto, a 168,9; então estamos aqui bem dentro do limite, e que nós gostaríamos de chamar a atenção de que há muitos estados com um problema grave, complicado, mas São Paulo está equilibrado.

Nós temos, portanto, uma diferença do limite, que era de 53 e 900, e passou para 49 e 900, a receita corrente líquida que, no primeiro quadrimestre, era de 160.562, com transferência obrigatória da União etc., referentes relativos às emendas individuais, 142 milhões na receita corrente líquida, ajustada, portanto, em 160.420. Então, este é o quadro; partindo, por favor, para o próximo, agora é a dívida, como é que ela evoluiu desde 1997 até 2020; então nós vamos ver aqui com um limite de duas vezes, 200%, como é que ela evoluiu durante este período, como todas as excelências acompanharam aí este processo, acredito, e nós tivemos aqui uma evolução, em 2002 subiu bastante, foi para 2,20 e 2,24 acima do limite, caiu a partir de 2005.

E, a partir daí, estamos dentro do limite, e de novo neste ano, aqui no primeiro quadrimestre de 2020, de 1,69 vezes a dívida líquida, portanto abaixo do limite de dois; isto é, 169% abaixo dos 200%; então 1,69 vezes o limite de duas vezes; próximo slide, por favor. Agora, poder Executivo, despesa de pessoal, vamos aqui para este ponto relevante; a despesa de pessoal atende aqui à despesa bruta, 47,46% da receita líquida, evoluindo para 47,45%, caiu um pouquinho o percentual; servidores ativos, 26,67%; inativos 20,79%; 26,32% e 21,13% em 2020, no primeiro quadrimestre.

Temos aqui as deduções, indenização por demissão, decisão judicial, que é zero; despesas de exercícios anteriores, que é zero, então nós temos no final inativos e pensionistas, 2,67%, subindo de 2,49%; o total, portanto, nas deduções, de três caiu para 2,68%. Resumo

total da despesa líquida com pessoal, depois das deduções, no primeiro quadrimestre, que é o que nós estamos olhando de fato aqui, 44,77%; portanto, o limite prudencial qual é? São os 46,55%, e o limite máximo 49%; portanto, o estado de São Paulo está obedecendo seguramente aqui a lei da responsabilidade fiscal. E prudencial, acima do percentual real, e do limite máximo ainda mais; portanto, este aqui é o quadro fundamental no que diz respeito ao correto cumprimento da lei da responsabilidade fiscal; evoluindo, portanto, para o próximo slide.

Agora vamos falar de todos os poderes, não é? O que ocorre? Vamos começar com a linha pontilhada de cima, é o máximo de todos os poderes; então, com o máximo de todos os poderes, estamos abaixo do máximo. Inclusive o máximo, agora, olhando aqui, o máximo Executivo, que é o 49%; o máximo de todos os poderes é 60%, estamos com 53%; o máximo do Executivo é os 49%, e estamos com o número que eu já mencionei, de 44%. E o prudencial Executivo é de 46, e estamos com 44; portanto, estamos com 44 no Executivo, nós temos aqui o prudencial 46, portanto estamos na margem; o máximo do Executivo que é 49, estamos bem abaixo; o total máximo de todos os poderes é de 60, e estamos abaixo.

Sumarizando aqui, nós temos todos os poderes em 60%, e estamos com 53%; máximo Executivo: 49, e estamos com 44; o prudencial executivo: 46%, e estamos com 44. Então o cinza é o Executivo, o prudencial e o máximo são as duas linhas, e estamos abaixo das duas, prudencial e máximo; somando os demais poderes, chega a 53, também abaixo do máximo. Então o estado de São Paulo é, de novo, o pessoal, encargos em percentual da responsabilidade da receita corrente líquida está seguindo de novo a lei da responsabilidade fiscal, rigorosamente; próximo, por favor.

Agora reportando às operações de crédito, temos aqui as operações internas que já foram desembolsadas: Metrô, um empréstimo da Linha 17-Ouro, que é aquela linha que vai de Congonhas, ali pela Avenida Roberto Marinho, até a rede metroviária, na marginal Pinheiros; o agente é a Caixa Econômica Federal, 900 milhões foram desembolsados. A EMTU, Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos, o corredor Itapevi-São Paulo, no trecho Jandira/Vila Yara, em Osasco, Caixa Econômica, com 4,6 bilhões desembolsados; e também aqui na Saúde, a construção de três complexos hospitalares, São Paulo, São José e Sorocaba, BNDES, 7,7 milhões totais desembolsados; portanto, 13,2 milhões.

Externas, com um valor maior, de 298 milhões, nos quais a STM - Expansão da Linha 5 Lilás do Metrô, nós temos aqui o trecho Largo Treze à Chácara Klabin, Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, de 125 milhões, falam aqui que são milhões, isso é importante; externa 298 milhões, e temos aqui a expansão da Linha 5, e expansão, também,

da Linha 5, no trecho no Largo Treze à Chácara Klabin, mas ressarcimento pelo BID, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento; gestão da saúde 28; e a Corporación Andina de Fomento, CAF, do projeto metroferroviário da Linha 17, trecho um, que deu 61,4 milhões.

Portanto, a receita corrente líquida aqui, nós temos 160 milhões, e 0,19; muito importante este ponto, e aí vemos aqui o total de primeiro quadrimestre de 2019 versus, portanto, com o primeiro quadrimestre de 20. Receita corrente líquida de 160, subiu de 164, etc., mas o fato é que as operações de crédito foram de 0,19%, e em 2019 foram de 0,17%, este é que é o quadro fundamental. O limite da resolução do Senado federal é de 16%; então, de fato, teve uma margem total, portanto é um valor que também está dentro desta margem; próximo, por favor, já é, exatamente, o encerramento.

Este é o quadro total que eu gostaria de apresentar aos senhores e senhoras, deputados e deputadas, e estou aqui à disposição para perguntas, lembrando, me acompanham, o Gustavo Ley, como todos sabem, que é o coordenador da arrecadação tributária, responsável pela parte de receitas tributárias do Estado, o Roberto Yamazaki, que é o subsecretário de administração financeira do Estado, da Secretaria da Fazenda. Então, em dois casos, o Gustavo trata de arrecadar os recursos, evidentemente, e o Roberto fica lá controlando o ritmo de saída dentro da lei orçamentária aprovada, evidentemente.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Vê se dá pra diminuir.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES -** É isso, obrigado.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Perfeito, secretário, obrigado pela explicação bem explícita, e bem fácil de se entender. Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Excelência, eu queria me inscrever para a arguição.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Perfeito, eu abro as inscrições, e peço até para que os deputados possam colocar no chat, acho que vai

ficar até mais fácil de acompanhar aí as inscrições, perfeito? Então primeiro eu já deixo o deputado Paulo Fiorilo, e os outros deputados podem estar se inscrevendo. Teremos então, como eu disse, o tempo de dez minutos para que se possa fazer as perguntas, e o seu tempo, no momento em que você fizer as perguntas, eu pauso, e espero a resposta do secretário para que você possa fazer aí uma réplica, caso os deputados queiram fazer diante das respostas.

Mas eu quero que os deputado, por favor, até diante do tempo, que já são 11:10, aliás, 11:13 exatamente, para que a gente possa ter tempo de todos os deputados trazerem as suas perguntas ao secretário.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Pois não.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Eu não entendi a dinâmica. Eu tinha feito uma pergunta antes de iniciarmos, e agora o senhor deu uma outra resposta; olha só: eu tenho dez minutos para perguntar, e têm o secretário tem o tempo para responder. Se eu não usar os dez minutos, eu posso ter réplica?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Você vai ter os dez minutos para poder fazer a sua pergunta, e queira deixar os seus questionamentos, que você, uma somatória, entendeu? Fora a resposta do secretário. Então você vai perguntar, se diante das, se você fizer dez perguntas, vai demorar cinco minutos? Depois que o secretário responder você vai ter mais cinco minutos para você fazer qualquer outro questionamento.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Eu vou tentar ser rápido nas perguntas, para depois poder dialogar com o secretário no meu tempo que sobrar.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Antes só de V. Exa. dar início, eu quero pedir a leitura da Ata reunião anterior, que nós não pedimos.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Como eu sou o primeiro, eu queria solicitar a dispensa da leitura.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Então é regimental, está dispensada a leitura da Ata da reunião anterior. Por gentileza, deputado, fique à vontade, tem dez minutos.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Secretário, primeiro agradecer a presença do senhor nesse momento tão difícil de pandemia, e que como mesmo o senhor disse aqui, os reflexos na economia serão mais claros a partir do segundo quadrimestre; mas que já no início do, já no final do primeiro, no mês de abril, já se percebeu uma redução na arrecadação do Estado, e a gente vai tratar um pouco deste tema.

Mas eu queria, antes de apresentar as minhas perguntas, apresentar ao senhor algumas preocupações quanto à apresentação do senhor; e eu queria começar com as receitas, no quadro de receitas que o senhor trouxe, o que a gente percebe é que houve uma redução muito grande na arrecadação do ITCMD, de 33,1% a menos na variação real. Então uma pergunta aqui para o senhor: a que o senhor atribui a essa redução tão gritante, se comparado com as outras receitas correntes?

ICMS, IPVA, e assim por diante; aí, Sr. Secretário, ainda sobre a apresentação, me deixou aqui perplexo o quadro da Previdência; o senhor deve se recordar, os secretários acompanharam, e os deputados, o governador decidiu fazer aqui no final do ano passado uma guerra para aprovar a reforma da Previdência. Eu, em uma reunião com o senhor, e nos discursos que fiz, sempre disse que a reforma da Previdência, do jeito que estava sendo feita, ela podia ser insuficiente; ao olharmos a comparação que o senhor traz aqui, tanto do ponto de vista da LOA, como do que pode ser o provável, a gente vai ter um aumento exponencial de recursos aportados do Estado.

Do que, se comparado com a LOA, é de 2,16 para 25,52; são mais de cinco bilhões, se comparado com 2019, são mais de três bilhões; eu queria que o senhor pudesse explicar, para usar uma expressão da juventude, “deu mal” nesse negócio aqui, porque assim, o Governo moveu montanhas, pressionou os deputados, quase não aprova, precisou recorrer ao Judiciário.

E aí a gente olha aqui o resultado, parece ser um resultado contrário àquilo que o Governo estava pregando, mesmo que ainda no início da discussão; uma outra questão: Previdência ainda, Sr. Secretário. A gente viu que do primeiro quadrimestre de 2019 para o primeiro quadrimestre de 2020 aumentou, de 6,9 para 7,9, um bilhão a mais, eu queria que o senhor pudesse explicar o que que aconteceu.

E quando a gente for olhar a questão dos inativos e ativos, a gente percebe que diminuiu o número de ativos, e aumentou o número de inativos; o Governo não está contratando, tem mais gente se aposentando, e essa conta não vai fechar de novo; então eu queria deixar essas duas questões do relatório, e queria entrar nas minhas perguntas, rapidamente, para eu poder depois voltar, se for o caso.

Secretário, no começo de 2019, o Governo previa um déficit orçamentário de 11,4 bilhões, e tomou uma série de medidas, inclusive com o contingenciamento de 5,2 bilhões; no final de 2019, nós temos um déficit orçamentário de apenas 544 milhões; o senhor poderia explicar essa diferença entre a previsão e o realizado? Esses dados de déficit orçamentário não estavam inflados para justificar medidas como a privatização, fechamento de empresas, reforma da Previdência?

Essa é primeira; quer dizer, essa é a primeira questão das minhas perguntas, fora o relatório. Pergunta para emendar uma pergunta seguinte, sobre os dados de projeção de frustração de receitas e déficit, para este ano de 2020, em razão da crise da pandemia; no final de março deste ano, o Governo enviou um decreto legislativo para reconhecimento do estado de calamidade pública, que previa uma perda de dez bilhões do ICMS entre abril e junho.

Os dados do relatório da lei de responsabilidade fiscal do segundo bimestre mostram uma queda maior na receita de impostos para o ano, um total de 19 bilhões, que eu acho que é o número que o senhor trouxe aqui; além de uma queda de receitas totais em torno de 32 bilhões; essas projeções já levaram em conta o pacote de socorro aprovado pelo Congresso Nacional? O senhor disse que o valor é em torno de 6,6 bilhões, quase sete bilhões; e a suspensão do pagamento da dívida, que o senhor não disse, mas eu queria perguntar: é de 12,3 bilhões?

Quais as razões do crescimento da frustração de receita do ICMS em dez bilhões, inicialmente, para 19; a incluir o ICMS e outros impostos estaduais? Qual foi a queda real ocorrida nos meses de abril, e se o senhor puder dizer, o de maio? Eu gostaria de pedir para o secretário que pudesse enviar a esta Comissão o estudo técnico detalhado de projeção de

frustração de receitas, em decorrência da pandemia; para que a gente pudesse entender melhor.

Terceira questão: com a crise de arrecadação, quero destacar que cresce a necessidade de discutirmos a questão das renúncias fiscais do estado de São Paulo; o Ministério Público de Contas apontou a ilegalidade do sigilo fiscal sobre o gasto referente às intenções fiscais, inclusive dificultando o trabalho de fiscalização do Tribunal de Contas.

Nós ajuizamos uma ação civil pública no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, requerendo maior transparência na política da renúncia fiscal; em novembro do ano passado, a Justiça acatou o pedido, e decidiu obrigar o Estado a fornecer os dados sobre as isenções fiscais promovidas, mas a liminar foi derrubada. Recentemente, o Tribunal de Contas apontou que não deve haver sigilo nesses gastos tributários; na contramão da decisão da justiça e do Tribunal de Contas, o Governo não ampliou essa transparência, ao contrário, na LDO agora, para 2021, ele ampliou de 16 para 24 setores sob sigilo fiscal.

O secretário pretende rever essa prática nada transparente de encobrir o uso de gastos tributários com renúncia fiscal? Com maior transparência, ampliaremos o debate sobre a necessidade de avaliar o desempenho dessa política de renúncias, o Estado presente fazer isso para garantir recursos? Eu insisto em voltar nesse tema, que a gente já vinha discutindo ao longo de 2019.

Quarta questão, Sr. Presidente: o Governo prevê um resultado orçamentário de 19,5 bilhões de déficit, adotando um contingenciamento de despesas em torno de 7,2 bilhões de reais, que fez no início do ano, e ainda mantém mesmo em tempos de pandemia e excepcionalidade fiscal, em que muitas áreas estão precisando de recursos para entregar políticas públicas à população paulistana.

O secretário poderia informar quanto está contingenciado na Saúde, Desenvolvimento Social, Cultura, Educação, Habitação, Segurança Pública e Transportes metropolitanos? Esse déficit de mais de 19 bilhões já leva em conta os repasses de compensação, tanto da receita pelo governo federal, como a suspensão do pagamento da dívida? Por fim, a quinta questão: em 2019, aliás, em 29 de maio, foi publicado no “Diário Oficial” a criação de uma nova secretaria, de Projetos, Orçamento e Gestão, que assume funções antes exercidas pela Secretaria de Governo e pela sua secretaria.

Consta no decreto que a pasta recebeu estruturas da Fazenda, como o Conselho de Defesa dos Capitais do Estado, a Subsecretaria de Gestão, a Coordenadoria de Planejamento e Orçamento, o Departamento de Entidades Centralizadas, a Assessoria de Assuntos de



Política Salarial, Secretaria Técnica e Executiva de Conselho, Diretor do Programa Estadual de Desestatização.

Bom, e aí vai, eu não vou ficar lendo aqui a quantidade de atribuições que essa secretaria ganha com a mudança feita pelo governador; pergunta ao secretário: o que representa para o estado de São Paulo a criação dessa nova secretaria, e a incorporação de funções de planejamento e gestão antes distribuídas na Secretaria da Fazenda e do Governo? Qual o motivo da criação dessa estrutura nesse momento de pandemia? E como a Secretaria da Fazenda atuará a partir dessa nova configuração? Muito obrigado, Sr. Presidente, espero não ter gasto os meus dez minutos.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Sobraram 55 segundos.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Eu vou para a réplica nos 55.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Secretário, por gentileza.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES -** Certo, vamos lá, por partes. A primeira pergunta é em relação ao ITCMD, nós temos aqui o chamado Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação, evidentemente causa mortis, essa parte tem aqui é uma grande mudança, é a parte em que as pessoas morreram menos, evidentemente, dentro deste início deste quadrimestre, em relação ao quadrimestre anterior.

Agora, doações, sim, porque essas aqui são doações normais, as doações que aumentaram muito foram aquelas feitas, aquelas isentas de ITCMD, que são feitas para o Governo do Estado, para o combate à pandemia; estes são isentos de ITCM. Então, e essas aumentaram muito, essas doações, o Governo tem feito uma campanha, etc., para que se façam as doações; mas essas são isentas do ITCMD, portanto caíram muito, e algumas transferências também, em função exatamente da crise.

Na questão da Previdência, o que disse aqui, o aumento da parcela de inativos é um movimento, e ele não é surpreendente, no momento da discussão de uma aprovação da reforma, isso aconteceu também no governo federal, acompanhei isso na época bem de perto, não só na época, quanto apresentamos lá no governo federal a proposta da Previdência, mas depois quando ela foi efetivamente aprovada.

Durante este processo, é normal que haja um aumento do número de pessoas que já tenham, que antecipam a aposentadoria. Não é algo necessário, no sentido de que quem já tem um tempo de contribuição não perde isso pela reforma, mas muitas pessoas tem essa reação, de fato, de já pedir aposentadoria, já que têm o direito, e já pedem essa. Agora, o fato de que, pergunta, valeu a pena?

Bom, esse, é importante mencionar que este déficit tinha uma trajetória crescente, quer dizer, sem essa reforma ele cresceria de uma forma absolutamente insustentável nos próximos anos, então é essa a questão fundamental da Previdência, quer dizer, tem que se controlar exatamente este crescimento; por quê?

Porque as pessoas vivem mais, têm uma expectativa de vida maior; e isto é positivo, do ponto de vista de que as pessoas passam a viver mais, a expectativa de vida se dá por uma melhora nas condições de vida etc. Não estamos falando agora do aumento de mortalidade pela pandemia, essa é uma outra questão, esperamos que pontual; mas o fato é que a expectativa de vida vai aumentando e, portanto, o aumento das receitas da Previdência, ela tende, de qualquer maneira, a um crescimento exponencial.

Portanto, é importante fazer este controle, agora, é normal também que, durante o processo de discussão e aprovação, traz uma certa antecipação dos pedidos de aposentadoria. Agora, a questão aqui crucial da queda de ICMS, e do pacote; é importante dizer que o projeto inicialmente aprovado, como eu mencionei, pela Câmara dos Deputados, ele dizia: a queda de arrecadação de ICMS, comparado com o 2019, do mês de abril, maio, junho e julho, será objeto de uma transferência de recursos do governo federal para compensação.

Bom, o que acontece? Da maneira que foi aprovado, ele não faz uma compensação para a perda realmente ocorrida neste período, o que já abria as condições, definia as condições, para que, se a perda do ICMS continuasse nos meses seguintes, era absolutamente natural a aprovação de um outro projeto, na medida em que o projeto visava cobrir as perdas efetivamente ocorridas de 2019 para 2020. O que no final, depois do grande debate que foi feito, foi aprovar um valor, que foi este, no caso de São Paulo, de 16,6 bilhões; então, ele é claramente insuficiente para cobrir a perda do ICMS.

Em relação à pergunta se isso aí, essa transferência de 6,6 e a transferência da suspensão da dívida já constam no relatório trimestral; a resposta é: apenas uma pequena parte. Por quê? Porque a transferência de recursos, ela é para o ano, e a suspensão da dívida da União se deu por liminar do Supremo Tribunal, a partir de abril, portanto dentro do processo todo, de pagamento da dívida, de janeiro, fevereiro e março foram pagos, só não foi pago o mês de abril.

Agora, se nós olharmos o ano como um todo, para simplificar, pois aí nós ficamos comparando o que está previsto para o período da crise, que é o segundo trimestre, foi o mais discutido, abril, maio e junho; e foi discutido na Câmara dos Deputado abril, maio e junho e julho, foi a discussão de período da crise.

O pacote foi aprovado, e aí é que tem que ser o objeto de comparação, foi para o ano, o número: 6,6 bilhões, que é o repasse federal, ponto, é isso; e mais um repasse de um bilhão para a Saúde. E a suspensão da dívida, que equivale para todo o ano, da dívida nominal dos bancos oficiais, de 12,3 bilhões; na medida em que, de fato, haja um redirecionamento dessa dívida para o pagamento da queda de ICMS, e de arrecadação, por quê? Qual é o raciocínio?

Porque a lei fala que a suspensão da dívida deve ser usada, preferencialmente, para suprir os efeitos, para combater os efeitos da Covid-19; evidentemente a interpretação é de que a queda de arrecadação é um efeito da Covid-19, que impacta a economia, impacta a arrecadação; portanto, nesse caso, somando-se o repasse federal, que é altamente insuficiente, e a suspensão da dívida, nós teremos sim aí a possibilidade de equilibrar o Orçamento do ano depois de todo esse ajuste rigoroso de despesa mencionado, (Ininteligível.) etc.

Com isso, São Paulo é um dos estados brasileiros que, com isso, tem segurança de pagamento de todas as contas durante o ano de 2020; equilibrado, um controle rigoroso, mas vai pagar, vai cumprir todas as suas obrigações. Não é o caso, infelizmente, de vários estados brasileiros; portanto, este é o quadro geral, quer dizer, rememorando os números, então nós tínhamos, temos uma perda prevista para o ano, tributária, de 19,8; uma perda de ICMS um pouco mais de 17, e essa perda total, por exemplo, é de 19,8, um pouco mais de 17 o ICMS, os repasses 6,6 com recursos provenientes da suspensão do pagamento da dívida, somados com o repasse, pode sim compensar a arrecadação tributária total.

Porque o que nos interessa, evidentemente, o que interessa para o fechamento das contas não é apenas a queda do ICMS, é a queda da arrecadação tributária total; e deve-se notar ainda um pouco a queda do (Ininteligível.) de 500 milhões, que também está nas contas, dentre outros. Tudo isso é o quadro das previsões para o ano, e não é o relatório apresentado, que se refere ao quadrimestre, encerrado em abril; e, portanto, o que impacta já nas receitas de abril, evidentemente dentro do quadrimestre, como eu mostrei, já que cai em abril, considerando-se que subiu um pouco em janeiro, subiu um pouco em fevereiro, lembrando em março, nós temos então, enfim, menor.

Com o impacto total, aí sim no segundo quadrimestre. Eu gostaria de dizer que o Gustavo Ley, coordenador da arrecadação tributária está conosco, e pode complementar alguma coisa se quiserem, e também pode ser perguntado etc.; aqui é transparência absoluta.

Estou falando em transparência, e nós estamos entrando no segundo, no outro item da próxima questão, a terceira, andando para a quarta, do deputado, que é a questão do sigilo fiscal, muito bem; o que existe aqui, deputado, é o seguinte: nós temos uma prática, como deve ter qualquer agente público, de seguir a lei.

E a lei impõe o sigilo fiscal, não é uma lei criada pelo Executivo estadual; resolvemos, e isso aqui não vai ser revelado, não, o sigilo fiscal é uma instituição do Estado de direito para preservar a questão de dados sigilosos de contribuintes, então essa é uma provisão legal, não é uma criação do governo estadual, essa é a primeira questão. Segundo: devido a uma decisão, baseado em uma decisão do STF, do ano passado, referente a uma questão da União com o Tribunal de Contas da União, baseado nisso foi possível, neste ano, não abolir a lei do sigilo fiscal, absolutamente.

O sigilo fiscal existe instituído por lei, mas foi possível concluir, baseado nessa decisão do Supremo, ter a interpretação de que o sigilo fiscal pôde, mediante requisição específica, ser transferido para o Tribunal de Contas do Estado. Não é que deixou de existir o sigilo, e agora todo contribuinte está com todas a sua situação financeira e fiscal aberta, sem sigilo, não, o sigilo fiscal continua, de novo, o Estado obedece à lei; agora, foi possível sim, devido a uma decisão do Supremo, aí baseado em uma decisão do Judiciário, de transferir a responsabilidade do fiscal para o Tribunal de Contas do Estado, que teve acesso a todos os dados.

Portanto, é importante todos os lados que ele pediu, portanto é importante deixar este assunto absolutamente claro: transparência existe, dentro da lei; não arbitrária, caótica, cada um faz o que quer. Não, nós obedecemos rigorosamente a lei, e a partir daí foi feita a transferência criteriosa dentro de todas as estipulações legais para o Tribunal de Contas do Estado.

A questão de rever o sigilo, se o Estado vai fazer isso, não vai mais seguir a lei; o agente público não pode dizer que não vai seguir a lei, só porque eu quero que eu vou divulgar os dados de todo mundo, e eu quero ser transparente; espera aí, o agente público tem a responsabilidade legal de, em casos de sigilo, seguir a lei. Da mesma maneira, por exemplo, que agentes financeiros, em alguns casos, existe o sigilo bancário, também é por lei; neste caso, é mais rigoroso do que o sigilo fiscal, portanto é importante deixar isso claro, que não há essa condição do agente público decidir: “Esta lei eu sigo, aquela eu não sigo. Porque eu vou seguir ou não vou seguir?”.

Não existe, todos aqui sabemos disso, todos aqui estamos vivendo dentro do Estado de direito, e das transcrições legais. A questão de áreas que necessitam de recursos: Saúde,

Desenvolvimento Social, Cultura, Transportes, etc. De fato, existe uma necessidade grande de recursos, é evidente, mas, de novo, que tem que ser financiados pela arrecadação tributária, ou eventual empréstimo; quer dizer, colocar aquele ponto da maior importância, que o Estado, no Brasil, de acordo com a Constituição, todos os estados não podem emitir títulos de dívida.

Em outros países existe estados e municípios que emitem títulos de dívidas dentro do mercado, aqui isso é um monopólio do Tesouro Nacional; então, para haver uma transferência para os estados, em um caso como este, de queda de arrecadação por causa de pandemia, por exemplo, foi necessário aprovar um Projeto de lei, no Congresso Nacional, especificamente para isso.

Que não cobre tudo, como dissemos, como vimos, cobre uma parte menor, 19,8 quebra total cobre 6,6; e temos aí uma suspensão do pagamento da dívida com a União, em bancos oficiais, que permitirá controlar o Orçamento, e equilibrar o Orçamento. “Bom, mas e as despesas extras que são necessárias?”, perfeitamente, eu sei que estamos empenhados nisso agora, não há fontes de recursos adicionais previstos, repetindo: o Estado não pode emitir títulos de dívida.

A secretaria do Tesouro Nacional pode, eu fui lá como ministro, operamos isso lá, diminuindo bastante o déficit, porque a questão era importante isso, inclusive para o País voltar a crescer, controlar a inflação etc. Agora, este ano, o déficit, que no ano passado foi um pouco acima de 90 bilhões de reais, neste ano vai para mais de 800 bilhões de reais; isso é outra história, a questão de crescer, e como depois o governo federal vai amortizar essa dívida, que não é uma dívida lá do governo federal, é uma dívida de todos nós, brasileiros, que somos contribuintes.

Mas, de qualquer maneira, o que eu quero dizer com isso é o seguinte: os recursos são criteriosamente utilizados, não houve contingenciamento, ponto importante, para a Saúde, para a Segurança e para a Educação; estou certo de que essas áreas foram isentas de contingenciamento; Cultura, Transportes etc. sim, houve contingenciamento.

Agora, é importante dizer também que houve já o início de um processo de grandes investimentos em infraestrutura no estado de São Paulo, através, por exemplo, de concessões; a estrada de Piracicaba à Panorama, que corta o centro do Estado, (Ininteligível.), porque é de Piracicaba à Panorama, foi objeto de uma licitação vencida por um consórcio, de um dos maiores investidores de Cingapura, que vai investir 14 bilhões de reais nessa estrada.

E existe toda uma série de projetos de concessões: de trem, de eletricidade, de ferrovias etc.; uma série de outras coisas que poderão, sim, muito mais do que compensar a

restrição orçamentária, no que diz respeito ao investimento em infraestrutura; estamos falando aqui da Secretaria de Transportes, Secretaria de Transportes Metropolitanos; agora, Saúde, Educação e Segurança não houve contingenciamento.

Agora, em relação a Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão, ela absorveu as funções da Secretaria de Governo, no que diz respeito a toda a parte orçamentária, e ações de recursos etc., muito focada no controle de despesas etc., e não há um aumento, no sentido que essa estrutura da Secretaria de Governo e essa estrutura a área de gestão e recursos humanos, dessas áreas da Secretaria de Fazenda e Planejamento foram transferidas para lá.

E qual foi a ideia, por que se fez isso? Muito simples: a criação de um foco aqui, de atenção dedicada exclusiva à questão de controle de custos, e alocação de recursos etc., em período, principalmente, aí você diz: “Mas em período de pandemia?”; principalmente em período de pandemia. Agora, é uma estrutura permanente sim, para continuar sendo efetiva, etc., e a Secretaria da Fazenda? Ela tem funções clássicas de uma Secretaria da Fazenda, e agora um pouco ampliadas, inclusive; o que sai é a parte de gestão, principalmente da área de recursos humanos, gestão que vai para a Secretaria de Orçamento e Gestão.

Agora, o que é importante, se olharmos uma secretaria de fazenda de qualquer Estado, ministérios da Fazenda, ou os chamados ministérios da economia? O que nós temos, basicamente? Temos a coordenação de assuntos tributários, a CAT, que cuida da arrecadação, função clássica de uma secretaria da fazenda; toda a administração financeira do Estado, Coordenadoria de Administração Financeira, os dois coordenadores estão aqui, um é o; na realidade, a parte financeira já se chama subsecretário, e existe aqui uma proposta nossa, também, de transformar a CAT em subsecretaria.

Pois bem, então nós temos aqui dois subsecretários, exatamente das funções clássicas e certas, e toda secretaria de fazenda, e ministério da fazenda do mundo inteiro tem; que é exatamente a questão arrecadatória, e a questão da administração financeira do Estado; muito bem, essas duas partes estão integrais, mantidas, como deve ser. Dentro do processo de fusão, antes da incorporação de funções de planejamento, tinha aí também essa parte de gestão; mas de fato, junto com a Secretaria de Governo, compõem algumas funções desta área que estavam com a Secretaria do Governo, da nova secretaria, compõem aí sim uma função bastante objetiva e focada na área.

Então nós temos toda a geração de receitas, toda receita, toda a administração financeira na Secretaria de Fazenda e Planejamento; e toda a questão aqui de orçamentária e gestão nessa secretaria, e a Secretaria de Governo fazendo a coordenação geral das ações de governo também dentro do que é um conceito ideal. Portanto, nós temos uma estrutura

bastante equilibrada, eu disse que a Secretaria da Fazenda teve aqui, inclusive, um aumento de atribuições, e a questão do planejamento econômico, um ponto importante, concordamos com isso, de que o planejamento é um planejamento econômico.

Isto é, aquilo que conseguimos no ano de 2019, de que o estado de São Paulo crescesse quase três vezes a média nacional, a ideia é de que isso se repita nos próximos anos pós-pandemia, a partir de 2021 para a frente; estamos trabalhando no plano 21-22, que é exatamente esse quadro; que é a função, de fato, de uma área econômica, dentro do conceito que a gente já tem, no governo federal, do Ministério da Economia, uma secretaria, de fato, de economia.

Portanto, é este o quadro, e uma outra coisa é a gestão de orçamento, administração do Estado; portanto, é este o sumário que eu gostaria de deixar bastante claro; falando sobre a questão do contingenciamento, houve um contingenciamento do investimento, de novo, que está substituído, mais que substituído, pelo investimento das concessões.

Como eu disse, 14 bilhões de reais comprometidos apenas na Piracicaba-Panorama; não houve contingenciamento na área, inclusive, de custeio e de Saúde e Segurança. Portanto, nós vamos liberando durante o ano, dentro do processo de administração financeira normal; resumindo: este é o quadro dentro das questões referentes à arrecadação, e o Gustavo pode adicionar dentro da questão de administração financeira e orçamentária, até uma parte orçamentária, então toda a parte de gestão, e alguma pergunta específica de alocação dentro desta administração financeira, pelo Roberto Yamazaki. Eu acho que é basicamente isso, não sei se o Gustavo e o Roberto gostariam de adicionar alguma coisa. (Vozes sobrepostas.)

**O SR. GUSTAVO DE MAGALHÃES GAUDIR LEY** - Bom dia a todos, bom dia deputado Fiorilo, como vai?

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Tudo bem, Gustavo.

**O SR. GUSTAVO DE MAGALHÃES GAUDIR LEY** - Bom dia, presidente. Não, acho que as colocações que o senhor fez, pelo menos, aqui, já em relação à receita, estão perfeitas; não sei se resta mais algum esclarecimento que o deputado gostaria de fazer, mas da minha parte está muito bem, foi muito bem explicado pelo Dr. Meirelles todas as questões envolvendo a receita, inclusive a questão do sigilo, que já estamos com ela superada também.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Deputado Paulo Fiorilo, tem 50 segundos.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** O senhor pode marcar os 50 segundos. Secretário Gustavo e o Roberto, eu queria reiterar aqui o meu pedido sobre o estudo técnico detalhado de projeção de frustração de receitas; se o senhor pode encaminhar para a Comissão, para que disponibilize aos deputados. Segundo: como eu sei que esse Governo segue a lei, a ciência, e a medicina, o Judiciário decidiu, por liminar, que vocês, que o Governo deveria disponibilizar o sigilo das isenções; Governo recorreu, portanto me parece aqui, secretário, que em breve nós poderemos vencer este obstáculo, e a lei obrigará que o Governo forneça a informação.

E, por fim, e não menos importante, eu acho que ficou claro que haverá uma compensação, tanto na dívida como do repasse dos 6,6 bilhões do governo federal, para um equilíbrio do Estado; porque a única coisa que eu tenho dúvida é quanto à projeção de perda para o ICMS e para os outros tributos. Se o senhor pudesse, depois, deixar claro qual é a expectativa em função dos vários números que nós temos aqui, ajudaria muito neste debate. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Eu passo a palavra ao deputado, desculpa, por gentileza.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES -** Seria o caso de eu responder já, presidente?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Eu só estou preocupado porque a sessão só pode durar até o meio-dia e meia.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES -** Ah, está bom, por mim está tudo muito bem. Eu quero seguir exatamente as suas orientações, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Não, que é isso, secretário. Aí o deputado Itamar entra com as perguntas e você já acrescenta.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES -** Está bom, está ótimo. Vamos lá.



**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Deputado Itamar Borges, cinco minutos.

**O SR. ITAMAR BORGES - MDB -** Obrigado, presidente Wellington Moura; agradeço mais uma vez aí, e o cumprimento pela reunião, e aos colegas que a acompanham, a equipe da Secretaria da Fazenda, que eu já citei inicialmente aqui, acompanhando o nosso sempre ministro, secretário Meirelles.

Está aí o Yamazaki, está aí o Gustavo, o Tomás, enfim, toda a equipe que o acompanha; mas eu queria primeiramente, bem objetivo, cumprimentar a gestão da Secretaria da Fazenda, no aspecto da busca de um equilíbrio, a busca de uma eficiência, na busca de cumprir não só a legislação para a arrecadação, mas também para conceder aquilo que a legislação permite.

E, mais do que isso, na sua experiência com a sua equipe, secretário Meirelles, a possibilidade de manter o Estado não só com a governança, mas também com o cumprimento das ações e uma perspectiva de sequência daquilo que está projetado, ou até um replanejamento.

E aí, eu quero finalizar, quando eu falo em replanejamento, quando eu vejo a ação da secretaria nova, e eu vi que o colega Fiorilo fez uma pergunta sobre isso, e eu quero reconhecer a importância dessa decisão do governador João Doria; do Rodrigo, que participou junto, o vice-governador, na estruturação dessa pasta, buscando o quê? Justamente o ajuste e o replanejamento das ações, em virtude deste impacto que o Estado, e que o Brasil, e que o mundo está sofrendo com a pandemia; é muito importante, tanto.

E o novo secretário vem de um histórico, e de uma experiência, que o credencia, com certeza, para somar forças com o senhor, com o Rodrigo, que foram as duas secretarias que dividiram atividades aí; e também com o governador João Doria, na busca de realocar, reorganizar, replanejar e, ao mesmo tempo, buscar um melhor resultado, uma maior eficiência, maior ainda, da secretaria e das áreas do Governo.

Então, parabéns aí pelo resultado apresentado, quando todo mundo começou, de março para cá, a preocupação de que chegaríamos no final do ano com um déficit violento, nós tivemos aí, claro, que ações importantes das bancadas no Congresso Nacional, a ação dos governadores. E ainda assim, o impacto do que vem do governo federal é inferior àquilo que deveria, e que poderia ser, e acabou tendo negociações e diminui aquilo que foi projetado inicialmente; mas, com as outras ações aqui no nível local, e legislações até com relação a

aproveitar resultado de fundo, isso e aquilo, acabamos tendo importantes equilíbrios, que vão permitir esse final.

Então, parabéns Meirelles, parabéns Gustavo, parabéns Yamazaki, parabéns para toda a equipe. Por fim, secretário, eu queria fazer um pedido, que é aquilo o que nós fizemos no início, antes de começar formalmente e oficialmente a reunião: eu presido a Frente Parlamentar do Agronegócio Paulista, e também na Assembleia presido a Comissão de Atividade Econômica, que fala do Turismo, da Agricultura, do Comércio, e da Indústria; e dentro desse contexto, demandas importantes com relação ao crédito do ICMS, que é um direito, mas tem aí também todas as regras que têm que serem seguidas.

Eu tenho conversado em alguns momentos com o Gustavo, e com o senhor sobre isso, e acho que o mais importante em tudo, do mesmo jeito que o Governo precisa, o privado precisa, é a previsibilidade, é saber o que vai e o que não vai acontecer. O ideal é que o senhor pudesse dizer aqui, agora, com a sua equipe: “Olha, conversamos com Doria, com o Rodrigo, e entre nós está decidido: vamos criar um critério, uma cronologia, um critério, sim, de aproveitamento de créditos”.

E o setor de agro é um dos que mais, o da indústria e do agro, é o que mais tem aí essa demanda; ou, se não for, secretário, que pudesse dizer assim: “Este ano esquece, vai ficar para o ano que vem”, um pouco da previsibilidade. Há uma esperança muito grande, quando se deliberou no Congresso Nacional a aprovação desse recurso, para compensar as perdas de ICMS dos estados, e ISS para os municípios, de que isso contemplaria a possibilidade de liberar os créditos de alguma forma aí.

Eu peço que o senhor colocasse se existe essa possibilidade, e se não tem, se o senhor pode, com a equipe, apresentar uma previsibilidade; seja para este ano, seja para quando for, mas para que todos possam se pautar.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Para concluir, deputado.

**O SR. ITAMAR BORGES - MDB** - Já conclui, desculpa, deputado. Prometi ser rápido, e acabei me demorando. Obrigado, Wellington Moura.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Obrigado. Secretário, por gentileza. Secretário, fica à vontade para responder, eu acho que travou, não? É, por gentileza, secretário.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Eu tive um problema de perder, principalmente, a maior parte da segunda pergunta, ou da segunda observação, do deputado Itamar. Podemos já responder, ou não?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Fica à vontade, qualquer coisa o deputado Itamar, ele dá uma.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Pois não, vamos lá; em relação à questão do estudo técnico da frustração da receita, perfeitamente, será enviado; a pergunta em relação à lei, o deputado espera que a lei vai obrigar a abertura do sigilo, como eu disse, estamos seguindo a lei; algo que esteja totalmente sacramentado em lei etc., em todas as jurisdições, certamente será observado. Agora, de novo, não é uma opção do agente público seguir a lei, tem que seguir a lei, é obrigação, então vamos seguir.

Foi obtida uma liminar, porque ela é uma interpretação da nossa Procuradoria Geral, de que a lei diz isso, então nós temos que defender o que diz a lei, e com ele em cima disso. Agora, a decisão final é do Judiciário, evidentemente, e nisso não há a menor dúvida sobre isso; em relação a questão das projeções, então vamos objetivar: a projeção de queda do ICMS para o ano, de 17,4, e há a previsão de queda total, na arrecadação tributária total, é de 19,8; portanto, 17,4 de ICMS, 2,4 de outros impostos, uma queda total de 19,8.

Podemos apenas ficar com este número: posição total de arrecadação tributária para o ano será 19,8, é essa a projeção, se a ideia é fazer com o sumário, o resumo, das perdas. E tem, além disso, se prevê uma perda de royalties do petróleo, de cerca de 500 milhões, portanto, uma perda total prevista de 20,3; pode subir um pouco mais ou um pouco menos, evidentemente dependendo da duração da pandemia, e do impacto disso na economia, das ações do governo federal, da política monetária do Banco Central, repasses do Tesouro através de empréstimos; tudo isso, garantias do governo federal para empréstimos, tudo isso junto vai dimensionar a duração e a profundidade da crise.

O Estado está fazendo a sua parte, protegendo a população, protegendo a empresa, abrindo agora com muita responsabilidade, baseado em dados científicos etc., é muito importante. Em relação às observações, também, do deputado Itamar, de fato estamos trabalhando bastante nesta questão de foco nas despesas aqui, em tempo de pandemia, com essas quedas todas de arrecadação, mas tem uma parte muito importante, que precisa ser devidamente enfatizada.

Todas as empresas, a população, um grande volume de pessoas e os governos, o governo federal particularmente, com o déficit de 800 bilhões de reais, a economia brasileira vai necessitar de um crescimento maior no ano pós-pandemia, e nos anos seguintes, para poder amortizar toda essa dívida; o governo federal, as empresas, e todos os entes.

Quer dizer, será necessário crescer mais para amortizar uma dívida que cresce, a dívida federal que vai passar dos 90% do produto, a dívida total; é um processo relevante isso, e São Paulo, em 2019, cresceu quase três vezes a média nacional, então é importante, porque São Paulo compra e vende do Brasil todo; São Paulo funcionou, portanto, como a locomotiva de crescimento do País em 2019. Temos que, agora, continuar agindo com isso, e acelerar este processo, tanto que estamos criando o plano 21-22, que é um plano de promoção ao crescimento econômico do estado de São Paulo.

Função da Secretaria de Planejamento Econômico na Secretaria da Fazenda; o planejamento é, então agora, com foco no tempo do secretário, e de todos, para focar no crescimento econômico, como uma secretaria, de fato, de economia; portanto este é o quadro: a arrecadação, gestão financeira, e planejamento econômico para que o Estado possa crescer mais, e isso também é outra consequência da crise.

Nós precisamos, agora, consolidar um crescimento maior do Estado, para impulsionar o crescimento de todo o País; ao sair dessa crise, sairemos todos mais endividados, precisamos crescer mais, crescer mais fortes; este é todo o ambiente. A arrecadação é a prioridade número um, é evidente, é a função primordial de uma secretaria de fazenda; a gestão financeira do Estado a outra, não é? Então são as duas funções básicas, e agora agregadas pelo planejamento econômico do Estado, e que já estamos trabalhando fortemente no plano 21-22. Presidente, e deputados, acho que isso é basicamente o resumos dos comentários até agora. (Vozes sobrepostas.)

**O SR. ITAMAR BORGES - MDB** - Presidente. Com relação à liberação do crédito do ICMS, não ficou claro.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Ah, sim, desculpe. Essa foi a parte da pergunta que eu...

**O SR. ITAMAR BORGES - MDB** - Ah, o senhor não entendeu, é. As empresas precisam, do mesmo jeito que o Governo, de previsibilidade. E eu presido a Frente do Agro, e a Comissão de Atividades Econômicas, e há uma expectativa com relação a isso, e a

expectativa é de que se liberaria quando veio essa compensação do governo federal aí, da perda do ICMS, que acabou sendo inferior, tudo bem, mas eu não tenho um equilíbrio. É possível neste ano? E, se não é possível neste ano, que tenham um desenho, para que possam ter uma previsibilidade.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Olha, deputado, em primeiro lugar, essa liberação, com a liberação gradual dos recursos de 6,6 que, como eu disse, são altamente insuficientes; posteriormente, tivemos também a questão da interpretação, toda a discussão do uso dos recursos provenientes da suspensão dos pagamentos da dívida com a União e bancos oficiais, e aí nós vamos seguir, depois do devido tempo, rigorosamente aquilo que já está previsto na liberação de créditos tributários.

A liberação extraordinária extra, adicional, como os benefícios adicionais, não só a liberação de crédito, mas também um número grande de empresas pedindo uma redução de alíquota, “postecipação” do pagamento etc.; evidentemente que, num quadro de queda de arrecadação desta magnitude, é absolutamente impraticável, não há fontes de recursos para isso.

E a última coisa que seria, agora, adequada seria o Governo do Estado deixando de cumprir, por falta dos recursos, as suas funções básicas de Saúde, Segurança, Educação etc.; existe aqui um foco absoluto, aquilo que está já avançado etc., nós vamos, que for feita a composição de recursos liberados. E de novo, agora não se pode, inclusive, por acordo entre os outros estados, inclusive no âmbito que o Comsefaz faz, que é o Conselho Nacional de Secretarias da Fazenda, não há aí condições de conceder esses benefícios adicionais além daquilo que já está previsto dentro do planejado, orçado etc.

Agora, evidentemente vamos trabalhar todos juntos para que o Brasil cresça mais, e melhore as companhias, e poderem arrecadar mais, e o Estado arrecadar mais, e liberar, no futuro, o que for possível a mais de crédito. É isso.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Eu passo a palavra ao deputado Ricardo Mellão, para fazer suas perguntas.

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO** - Boa tarde presidente e demais deputados, boa tarde secretário Henrique Meirelles, eu queria agradecer a sua presença aqui juntamente, sempre com a sua equipe, o Gustavo, o Tomás, o Yamazaki. Eu tinha algumas questões, que

já foram feitas, inclusive, pelo deputado Paulo Fiorilo em relação à Previdência, vou passar essa parte.

E eu queria saber secretário, eu estava acompanhando a sua apresentação, os resultados você apontou, e eu vi ali que nós fechamos o ano de 2019 com 166% da receita corrente líquida comprometida com a dívida consolidada; e aí, de acordo com os resultados, o primeiro quadrimestre deste ano, que o senhor apresentou aqui, nós já pulamos para 169% esse comprometimento.

Então nós começamos a chegar mais próximos do limite de alerta, conforme a resolução do Senado para estados e municípios, Federal, que é de 180%. Considerando que esse aumento se deu no primeiro quadrimestre, então inclui aí janeiro, fevereiro, março e abril, já se pegou aí um pouquinho do período da Covid-19, da pandemia, e tivemos algumas ações nesse sentido, por conta de despesas relacionadas ao combate à esta pandemia.

Eu queria saber se contribuiu para aumentar esse comprometimento essas ações da Covid, ou se tem outra motivação aí; e eu aproveito o ensejo para também perguntar qual é a previsão desse comprometimento, da receita corrente líquida com a dívida consolidada, para o final do ano? O que vocês estão projetando? Então essas seriam as duas primeiras perguntas; e aí eu continuo aqui, de acordo com o que eu pude também analisar na sua apresentação, aliás, que você comentou em uma das respostas, que houve uma redução drástica na arrecadação tributária agora, em 2020, haverá a previsão de 19 bilhões e 800 milhões de reais; ou seja, deu para perceber aí que não teremos nenhuma mágica em termos de arrecadação, ela vai cair.

Então para nós controlarmos essa questão de receitas, despesas e o aumento da dívida, vai precisar focar na redução de despesas; e aí, pelo o que eu puder ver na sua apresentação, no primeiro quadrimestre nós tivemos um certo controle dessas despesas, que acabou mantendo a situação um pouco controlada, muito embora nós não tenhamos aí um resultado tão extraordinário para acomodar essa frustração que teremos de receitas neste ano.

Então provavelmente, essa dívida deve crescer bastante; relembrar que nós, aqui na Assembleia, já fizemos a nossa parte, reduzindo os nossos salários, demos uma contribuição, destinando 80% do fundo especial de despesas para o Estado poder utilizar nessa frustração de receitas que nós teremos. E eu queria saber se existe algum planejamento de redução mais drástica de despesas no Governo do Estado, se existem ações sendo pensadas nesse sentido? Já que, como eu mesmo ressalté aqui, não teremos mágica no aumento de receitas, temos que nos concentrar totalmente na redução de despesas, para poder não ter um aumento muito drástico da nossa dívida consolidada. Enfim, é isso.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Presidente, já faço a resposta ou não?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Pode, por gentileza, secretário.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Pois não, obrigado. Em primeiro lugar, o limite de endividamento, ele será cumprido, e continuará sendo cumprido, não há a menor sombra de dúvidas; não houve um salto, uma procura de novos empréstimos, inclusive, porque isso é extremamente restrito. Houve o desembolso de alguns empréstimos que estão sendo negociados há tempos, alguns até há anos, já comprometidos, assinados lá atrás, para projetos muito específicos; como eu, inclusive, listei: trens metropolitanos aqui, Metrô etc., e um ou outro aspecto.

Quer dizer, é algo muito restrito, e extremamente controlado, o Estado não pode, e mesmo que se pudesse não faria nesses termos, mas não pode aumentar o seu endividamento de uma forma, digamos, conforme deseje. Então, muito importante é nós deixarmos claro: sim, existe um controle rígido de despesas, como eu mencionei, houve um contingenciamento, preservando-se apenas as despesas fundamentais de Saúde, Educação e Segurança.

As despesas de Saúde, sim, houve um pequeno aumento dentro das possibilidades de remanejamento; inclusive houve um repasse federal para São Paulo, de um bilhão de reais, além do 1,6, mas esse um bilhão especificamente para ações de combate à Covid-19, que está sendo administrado criteriosamente pela Secretaria da Saúde, e é este o quadro. “Ah, então haverá um crescimento da dívida, estamos tomando empréstimos aí etc.”, não, não há essa demonstração, um ou outro empréstimo que está sendo discutido com muito cuidado, como uma coisa específica; na realidade, o que existe é a incorporação, evidentemente, de desembolsos de contratos já existentes etc.

E agora, com essa suspensão do pagamento da dívida, evidentemente isso continua na dívida, não é que vai aumentar, continua na dívida, mas aumenta um pouquinho aqui, evidentemente, entre o previsto e o realizado, a questão da parte financeira, da despesa financeira; mas é pequeno, isso nada vai comprometer.

Isso tudo, de novo, porque há uma queda brutal de arrecadação; recursos sendo contingenciados, gastos com o estritamente necessário, de novo: em um momento como este, não podemos cortar serviços fundamentais, não se pode dizer: “Está bom, não vamos gastar

além daqueles recursos adicionais que virão”, claro; a aplicação da Saúde exige um pouco mais, não se pode deixar de comprar respiradores, fazer testagens ou montar hospitais etc. porque, não vamos fazer, tem que fazer.

Isso é absolutamente necessário, é a necessidade da população, temos que atender à necessidade máxima; ou dizer: “Não, não tem problema, não se preocupe com a segurança, deixe os policiais todos em quarentena, os carros todos recolhidos, pra não gastar com combustível e manutenção etc.”. Não é assim, o bandido não vai ficar em quarentena em casa, então a polícia tem que ficar na rua sim, e policiando rigorosamente, mantendo a segurança da população; e outra coisa, não se pode dizer: “Não, não vou pagar professores, porque a escola ficou suspensa”, não, o professor também não vai passar fome, tem que receber.

Então, é essa, exclusivamente, a questão aí do endividamento, e da questão das despesas que, de novo, estão rigorosamente controladas, e com contingenciamento, tudo mundo sério; e tenha a certeza que, agora, inclusive, é uma coisa que está tão, o foco é uma prioridade tão grande que concluímos, concordamos, de que, inclusive precisaria ter um grupo, que é a Secretaria de Orçamentos e Gestão, para ficar olhando isso dia e noite.

Quer dizer, controlando rigorosamente cada secretaria: “Secretaria tal”, e a coordenação de administração financeira, da Secretaria da Fazenda, ali com o Roberto Yamazaki, controlando o fluxo de caixa ali no conta-gotas, como dizem outros secretários; isto é, então tudo isso, seja na parte orçamentária lá, com este grupo focado, seja na parte de gestão financeira; que é a parte da Secretaria da Fazenda.

Foco absoluto, controle absolutamente rigoroso; e agora também com o foco adicional da promoção do crescimento e do desenvolvimento econômico de São Paulo; de maneira que assegure-se o crescimento da receita corrente líquida etc. Porque esses índices todos funcionam como numerador e denominador, quer dizer, tem uma parte que é o numerador, que tem este crescimento controlado; mas tem aí a Previdência Social, que continua crescendo normalmente, o salário dos servidores, com as suas correções conforme mencionei, então há o crescimento aí regulatório.

Agora, por outro lado, temos que crescer o denominador, que é a receita corrente líquida; para isso, o salário precisa crescer, o País precisa crescer, e aí vem a parte não só de rigorosa administração tributária, e aí fica interligado com a questão também dos créditos também que eu falei, mas mais do que isso. Aumentar a arrecadação, e aumento da produção. É isso.



**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO** - Desculpa, só uma última pergunta dentro da minha pergunta mesmo. O senhor teria algum número, alguma previsão para o final do ano? Quanto vai ficar este comprometimento, o senhor arriscaria dizer algum número nesse sentido?

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Olha, vai depender um pouco, deputado, exatamente da evolução da receita corrente líquida durante o correr do ano, esse é o grande desafio hoje no Brasil é prever qual é a queda. Nós estávamos com queda de 4,5% prevista pela Fundação Getúlio Vargas etc.; depois houve uma queda um pouco maior, prevista aqui, inclusive, por instituições internacionais, o FMI previu 5,3 para o Brasil, dentro todos os demais países; depois foi evoluindo, diversas instituições começaram a prever perdas maiores do produto brasileiro e, por consequência, de São Paulo.

Depois nós tivemos uma previsão, a mais recente de todas, do Banco Mundial, que prevê uma queda de 8% do PIB brasileiro; então, nós temos aí uma queda do denominador. Agora, estaremos dentro do limite? Sim, certamente o crescimento será aquele absolutamente resultado dessa diminuição do denominador, quer dizer, da receita corrente líquida, a questão das classificações em relação, também, ao auxílio federal, mas nós teremos aí exatamente um problema de que o pagamento da dívida não é uma receita, e que simplesmente não existiu o desembolso da dívida.

Em resumo, tem toda uma série de coisas aí de que estamos administrando cuidadosamente; esse número do final do ano não é tão previsível, podemos arriscar, vai depender muito de previsões macroeconômicas gerais que, eu acho que, a essa altura, é um pouco prematuro estarmos falando. Mas estaremos dentro dos limites, e não há despesa que não seja absolutamente necessária, este é o ponto.

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO** - Ok, muito obrigado, secretário.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Passo a palavra para a Dra. Damaris.

**A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB** - Boa tarde, secretário Henrique Meirelles, é um prazer; senhor me ouve? Me ouve, secretário?

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Agora estou ouvindo, deputada.

**A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB** - Ok. Boa tarde, secretário. É um prazer recebê-lo aqui nesta comissão, cumprimentar aí o meu presidente, Wellington Moura, conduzindo tão bem essa reunião, os colegas que estão conosco. Eu quero fazer um brevíssimo registro, não tenho perguntas, eu quero cumprimentá-lo, inicialmente, pela sua apresentação didática e clara, e quero destacar, secretário, aquilo no que tem sido marca da sua atuação, e do Governo do Estado de São Paulo; e que ficou ainda mais evidente na sua apresentação.

Eu vou utilizar aqui cinco palavras para sintetizar o meu sentimento após essa apresentação, e que certamente vai marcá-la, não é? Que é contingenciamento, transparência, responsabilidade fiscal, controle, e especialmente, e por último, esta visão de crescimento, mas sem desprezar áreas essenciais que sempre estão sendo conservadas, não é?

Que é a saúde, a Educação e a Segurança Pública; então eu quero só cumprimentá-lo, e dizer que o que restou fixado aqui para mim, após essa apresentação, é exatamente estes compromissos com contingenciamento, com a transparência, com a responsabilidade fiscal, não é? Com o controle, especialmente esta visão de crescimento sempre associada à conservação de áreas que são básicas, e dizem respeito diretamente à existência humana.

Então mais uma vez agradecê-lo pela presença entre nós, cumprimentá-lo, cumprimentar o Governo de São Paulo por ser tão presente em um momento tão desafiador para o planeta, não é apenas para São Paulo, e agradecer a oportunidade, então, de ouvi-lo nesta manhã. Muito obrigado, presidente Wellington, pela oportunidade de fala.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Obrigado, deputada. Quer alguma consideração, secretário?

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Pois não, muito obrigado, eu agradeço muito as palavras da deputada, estamos aqui empenhados em não só fazer o máximo possível, trabalhando o máximo possível, agora, de um lado, não podendo ter a oportunidade de convivência pessoal, de estar aí presencialmente conversando com todos.

Por outro lado, este outro mundo, o novo mundo virtual, nos permite estar também tendo uma agilidade, em alguns aspectos, maior, em função aí do ganho de tempo com deslocamentos etc. E podemos também ganhar tempo no deslocamento, também, em relação a outros países; tem investidores etc., que eu posso atender aqui de forma virtual, muito

rápida. E, de novo, trabalhando e incentivando os investimentos em São Paulo, visando aumentar o crescimento, e o crescimento na arrecadação, na receita corrente líquida etc., nos próximos anos. E aumentando a possibilidade nossa de expandir ainda mais os serviços essenciais para São Paulo. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Eu quero só registrar a presença do deputado Estevam Galvão, nosso sempre anfitrião aqui desta Comissão, uma pessoa muito respeitada por todos os deputados, ele também está aqui presente. Secretário, eu acho, e acredito, que não tenha mais nenhum deputado que queira fazer alguma pergunta, eu vou fazer, são quatro questões apenas.

Primeira: a Secretaria da Fazenda já analisou o impacto do coronavírus nas metas previstas na LDO, que está em tramitação aqui na Assembleia? As metas da LDO precisarão ser alteradas para se encaixarem na proposta orçamentária do próximo ano? Seria a minha primeira pergunta; a segunda: com relação à transparência nos gastos com o coronavírus, quanto o Governo de São Paulo já gastou com o enfrentamento do coronavírus até o prezado momento?

Há algum site para o acompanhamento desses gastos? A Secretaria da Fazenda poderia repassar para a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento um relatório com o detalhamento dos gastos realizados por secretaria, programa, ação, elemento de despesa e objeto dos gastos? É possível a Secretaria da Fazenda criar um link de acesso do sistema de orçamento aos deputados estaduais, e principalmente os desta Comissão, para fiscalizar os gastos?

Por exemplo, tem um exemplo do Tribunal de Contas, no grupo de trabalho que nós temos da Covid, que é um outro grupo no qual o presidente Edgar Camargo conversou conosco, e já disponibilizou o acesso aos deputados que fazem parte deste grupo; dos relatórios de fiscalização, auditoria, relacionados ao enfrentamento do coronavírus. É possível a Secretaria, então, da Fazenda, fazer o mesmo? Terceira pergunta: a secretaria da fazenda já está se apropriando dos recursos economizados pela Assembleia, aprovado na resolução 922/2020, para utilizar no combate ao coronavírus; eu gostaria de saber se esse recurso que nós economizamos, até dos nossos salários, das despesas, já estão sendo utilizados pela Secretaria?

E, se não, o porquê e quando se iniciará esse procedimento? E, se sim, quanto já foi utilizado, e em quais áreas e ações? E a minha última pergunta é: há algum risco do Governo

do estado de São Paulo ter dificuldade de pagar integralmente o salário dos servidores estaduais até o fim do ano, caso a arrecadação continue a cair nos próximos meses? São essas.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Obrigado, deputado. Vamos então aqui por partes. Em primeiro lugar, em relação às metas da LDO, partindo do pressuposto de que nós prevemos uma recuperação da economia durante o ano de 21, no final deste ano de 20, início de 21, ou média de 21 vai ter uma queda forte, mas um aumento em 21; então, a princípio, estamos trabalhando ainda com a previsão de não alterarmos o que estávamos já trabalhando com relação à LDO etc.

Mas, de novo, existem muitas coisas que não são previsíveis; como eu mencionei, as previsões de queda da economia brasileira variam de 4,5% até 8%, sendo que a última, do Banco Mundial, foi de 8%, então isso é muito importante. Em relação a questão aqui dos gastos com a Covid, até o total de gastos com a Covid etc. previsto, em cerca de 2,32 ou 33 bilhões de reais, o remanejamento de recursos do Governo, a Secretaria da Saúde de aporte inicial do governo federal.

O acompanhamento dessas despesas é pelo site do Governo, não é da Secretaria, é do Governo, na medida em que as despesas são efetuadas por cada secretaria, no caso, Secretaria da Saúde, Secretaria da Seguridade Social etc.; e, portanto, esses dados vão direto para o site do Governo, e não da Secretaria da Fazenda. A Secretaria da Fazenda fez um orçamento lá atrás, do ano de 2020, essa função agora foi passada para a Secretaria de Orçamento, e a Secretaria de Governo, do Orçamento, tinha uma parte de gestão da Secretaria da Fazenda; a Secretaria de Governo que fez esse Orçamento.

Então é este o quadro, quer dizer, o Orçamento, antes feito pela Secretaria de Governo, de gestão, para a Secretaria da Fazenda, está na Secretaria de Orçamento; agora, o que a fazenda tem, o foco é, de novo, na arrecadação e na administração financeira do caixa, etc.; a administração financeira do Governo como um todo. Detalhes dos gastos com a Covid são fornecidos pelas secretarias envolvidas: a Secretaria da Saúde, a Secretaria do Desenvolvimento Social, diretamente no site do Governo, e estão lá transparentes, nesse site, todos os gastos referentes à Covid.

Em relação aos recursos que foram alocados, que foram economizados pela Assembleia, meus parabéns, foi um esforço importantíssimo, não só quanto ao valor financeiro, mas uma demonstração à sociedade de um comprometimento dos deputados, da Assembleia Legislativa, de garantir os direitos da população e o combate à Covid-19. Agora, é importante mencionar que ainda não foram alocados os 53 milhões, que serão alocados por

brevemente; está sim no processo isso, exatamente lá dentro da Secretaria da Fazenda, desculpe, Secretaria de Saúde, e Secretaria do Orçamento; que estão trabalhando nisso.

A parte financeira, de novo, continua sendo fiscalizada com o maior rigor tecnicamente, fazendo as liberações, à medida que vão havendo as disponibilidades de caixa; este, digamos, é um sumário deste ponto. Agora, eu queria só mencionar uma questão importante, que eu não gostaria de deixar aí sem fornecer mais uma informação importante; essa questão, por exemplo, de qual é a previsão da dívida do final do ano, em relação à receita corrente líquida?

Eu disse, depende das variáveis, quer dizer, depende aqui principalmente da receita corrente líquida, que é preciso avaliar a essa altura, considerando-se a queda do produto e tudo isso, e as contabilizações todas, que não, a questão do uso de recursos provenientes do não pagamento da dívida, tem um tratamento especial. Mas tenho notado, o que estou dizendo também é muito importante, a dívida, a questão da evolução até agora, particularmente; tem um dado que está fora do controle: existe o endividamento externo, por exemplo, e aí tem a evolução da taxa de câmbio, que não compete ao governo estadual definir isso.

E todos sabemos que houve um crescimento grande da taxa do dólar, os contratos de indexamento pelo câmbio, por exemplo, equivalentes a nove bilhões no primeiro quadrimestres; o que depreciou o real, isto é, o dólar subiu, e o endividamento externo subiu nove bilhões, além de um adicional de quatro bilhões em precatórios. Então, quero dizer o seguinte: o que sobre a dívida é absolutamente rigoroso; mas vão falar: “Está bom, mas não tem nenhuma noção do que será?”. Temos, temos um cálculo baseado nas premissas atuais, sendo, com toda, agora, a imprevisibilidade das premissas atuais.

Dentro das premissas atuais, que estamos trabalhando, o estado de queda de tributos, queda de receitas, etc., e mais a questão toda da evolução de despesas nesse ponto em contratos de câmbio, quanto pode ou não pode ir o dólar, os contratos externos, por exemplo; ou então nós temos uma previsão de 1,8. Agora, de novo, está dentro do limite? Está, o limite é 200%, dois, mas isso quer dizer que está se gastando descontroladamente?

Não, o que aumenta, por exemplo, de precatório não está necessariamente diluído com a despesa adicional; e o que aumenta de câmbio, por exemplo, não é uma decisão de agora, e muito menos do Governo do Estado. A evolução de dívida é um efeito de dívidas anteriores dentro do processo normal macroeconômico, e de riscos no mundo todo, inclusive no Brasil, e dos impactos da Covid-19. Mas o que é importante?

Continuamos totalmente transparentes, trabalhando rigorosamente dentro da lei, e principalmente, absolutamente abertos e transparentes para trabalharmos juntos, concentrar

a iniciativa com V. Exas., presidente e deputados, estamos juntos; e, por favor, qualquer outra dúvida pergunte, nos encaminhe, e estamos aqui para trabalharmos juntos, e fornecer todos os dados necessários, ouvir sugestões, e fazer tudo o que for necessário para uma boa condução do País, e o Estado, em uma crise tão forte como essa, e de tão pouca previsibilidade a frente. Isso é muito importante, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Perfeito. Secretário, só a última aqui, sobre.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Só um minutinho, deputado, por gentileza. Há algum risco de o Governo ter dificuldade de pagar integralmente os salários dos servidores até o fim do ano? Caso a arrecadação continue caindo.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Obrigado, deputado, pelo fato de, tem toda a razão; a pergunta tem que ter uma resposta clara. Não, não há o menor risco, todas as obrigações do estado são integralmente cumpridas este ano, não tenho a menor dúvida disso, obrigado por lembrar deste ponto; é uma pergunta absolutamente crucial, e estamos fazendo todos esses esforços. Inclusive, trabalhamos tanto junto com os demais estados etc., junto ao Congresso Nacional, pela aprovação da lei 173; e depois, também, a negociação toda com os bancos oficiais na questão da dívida.

É muito importante tudo isso; agora, todo o resultado desse trabalho nos assegura que, apesar da enorme crise, o estado de São Paulo vai pagar todas as contas, e todos os salários, e aposentadorias serão pagas rigorosamente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Perfeito. Deputado Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Presidente, é uma última questão ao secretário, eu só não tive clareza sobre o estudo técnico de projeção de frustração de receitas; se é possível o Gustavo, ou o Roberto, ou o Tomás, ou o próprio secretário encaminharem uma cópia para esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Eu peço, então, por gentileza.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Não tenha a menor dúvida. Desculpe, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Por favor.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Não tenha a menor dúvida, vamos encaminhar estudos técnicos, e enfatizando: há um alto nível de imprevisibilidade hoje no País, e no mundo, mas particularmente no Brasil. Mas, dentro das previsões atuais que eu mencionei, uma queda de arrecadação do 19,8 bilhões de arrecadação tributária total deste ano, queda das receitas de royalties, queda do ICMS; em que hipótese se baseava isso?

Se baseava em termos de queda de atividade econômica, o quanto disso foi também foi resultado de aumento do inadimplemento, e não há dúvidas de que todos estes estudos técnicos poderão ser fornecidos sem maior problema. A resposta, portanto, é sim.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Secretário quero agradecer a sua presença, a presença de toda a sua equipe, e por ter respondido a todos os questionamentos de todos os deputados, todas as perguntas, foi muito claro nas respostas, para que a gente possa dar continuidade aí.

E desejamos sucesso, sem dúvida, para você e sua equipe, que estão passando por um momento de muita responsabilidade em nosso Estado; e, através da sua pessoa, parabênizo também o nosso governador, João Doria, que tem um excelente secretário a frente de uma responsabilidade tão grande. Parabéns, e não havendo então.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo. É que o nosso tempo já se esgotou.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - O Sr. pode liberar o secretário; é uma discussão da comissão, mas o secretário pode permanecer, até porque ele foi bem tratado, a pedido do Itamar, porque ele é do MDB. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Então, não havendo. Eu quero só dizer o seguinte: nós já ultrapassamos o horário, então nós não podemos mais dar continuidade.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Não, mas não é com o secretário, é uma pergunta ao senhor, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Ah, está bom. Então deixa eu dispensar então a saída do secretário e da sua equipe. Obrigado, secretário, um grande abraço, bom almoço.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Obrigado, presidente. Obrigado a todos.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Sr. Presidente, uma questão simples aqui.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Esperando que já estejamos saindo dessa situação, já com uma perspectiva melhor. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Obrigado.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Sr. presidente, é uma questão simples: nós estamos chegando próximos do debate da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e o senhor sabe a importância que tem, podermos ter acesso ao relatório que será elaborado por um dos Srs. e Sras. deputadas, que são membros desta comissão.

Minha pergunta é se o senhor já tomou a decisão de quem será o relator, para que a gente possa iniciar um debate, conforme aqui o deputado Ricardo Mellão, na reunião passada, já tinha levantado essa questão; então eu estou reiterando, e apelando ao senhor. Que quanto mais rápido o senhor possa indicar um deputado da base governista, mais rápido nós



poderemos iniciar um debate para incluir as nossas emendas; se for com o deputado Ricardo Mellão, talvez seja até mais fácil.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Eu acho que a reunião de hoje foi um norte, até eu fiz as perguntas em relação à LDO, para a gente ter um norte até dos andamentos da LDO nesse momento que estamos vivendo. Eu acho que na LDO está prevista uma queda de arrecadação de 5,3% no PIB, segundo o secretário esse número já aumentou; então eu acho que tem situações em que é importante a gente, eu vou debater até com o líder do Governo para, a gente saiba o momento exato em que a gente possa colocar a LDO. Então, eu vou apresentar brevemente, sem dúvida aí, um relator para que a gente possa entrar nessa discussão.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Não respondeu, mas está bom, já entendi.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Perfeito. Não havendo mais nada a tratar então, agradeço aos Srs. deputados que, até o prezado momento, estiveram presentes; e boa tarde a todos. A sessão está encerrado.

**A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB** - Boa tarde, presidente, boa tarde a todos.

\* \* \*

- É encerrada a reunião.

\* \* \*